



Boletim Informativo nº.08/2020

Cuiabá/MT, 08 de setembro de 2020.

1. MP/MT EMAÇÃO

MPMT reúne mães venezuelanas e alerta sobre exposição de crianças. Cerca de 40 mães venezuelanas participaram nesta quarta-feira (12), na sede da Pastoral do Migrante, em Cuiabá, de uma reunião com a Promotoria da Infância e Juventude. Durante o encontro, elas foram alertadas de que o não atendimento às orientações e encaminhamentos realizados nas abordagens dos órgãos de proteção às crianças e adolescentes podem resultar em processos para perda do poder familiar em relação aos filhos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Novos horizontes para a tutela coletiva foram discutidos em Webinar. O MPMT, por meio do CEAF e CAO Infância e Juventude, realizou no dia 21.08, com transmissão pela plataforma Teams e, ao vivo, pelo Canal Youtube do MPMT, Webinar com o tema: “**Dos litígios aos processos coletivos estruturais – novos horizontes para a tutela coletiva brasileira**”. [Clique aqui](#) para assistir.

Resolução do CSMP reforça controle dos TACs com destinação de recursos. O MPMT instituiu mais uma forma de controle em relação à destinação de recursos prevista em Termos de Ajustamento de Conduta (TAC). A partir de agora, nos pedidos de arquivamento decorrentes da celebração de acordos extrajudiciais que contenha a previsão de destinação de recursos a entidades, fundos ou projetos inscritos no Banco de Cadastramento de Projetos, Fundos e Entidades (Bapre), o Conselho Superior do MP terá que verificar se os requisitos previstos nas normas administrativas que regem a matéria foram atendidos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Incentivo às medidas consensuais é intensificado no âmbito do MPMT. Como forma de incentivo à solução das demandas de forma consensual, o MPMT promoveu mais uma capacitação sobre o tema. Cerca de 60 membros, entre procuradores e promotores de Justiça, participaram de discussões, por meio de um Webinar, sobre aspectos relacionados ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O evento foi transmitido ao vivo no canal do Youtube do MPMT e foi acompanhado por aproximadamente 150 pessoas. Veja [AQUI](#) como foi o Webinar. [Clique aqui](#) para ler mais.

2. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MPSC

MPSC obtém liminar para que redes sociais excluam imagens de bebê que teve mãe assassinada em Canelinha. Facebook tem 24 horas a partir da intimação para exclusão das imagens relacionadas pelo Ministério Público e de quaisquer imagens a respeito da criança ou sua identificação, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. [Clique aqui](#) para ler mais.



MPES

MPES ajuíza representação contra pais que levaram filhos a aglomeração durante a pandemia. [Veja a representação.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

Órgãos públicos de São Mateus terão de cumprir sigilo em casos que envolvem crianças e adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES aciona Justiça e consegue retirar das redes sociais vídeo que expõe criança vítima de estupro. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES apura vazamento de informações no caso envolvendo criança vítima de estupro. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES ingressa com Ação Civil Pública contra manifestante político de São Mateus. O MPES, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Mateus, ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) em face de Pedro Teodoro dos Santos. O requerido teve acesso, de forma ilegal, a detalhes do caso de uma criança vítima de estupro, cuja família optou por realizar a interrupção da gravidez decorrente dos atos de violência sexual, que, evidentemente, corre em segredo de justiça no município do norte capixaba. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES ajuíza Ação Civil Pública contra Sara Winter. O MPES, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Mateus, propôs uma Ação Civil Pública (ACP) em face de Sara Fernanda Giromini, vulgo Sara Winter. Ela teve acesso, de forma ilegal, a detalhes do caso de uma criança vítima de violência sexual que corre em segredo de justiça. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES ajuíza Ação Civil Pública e consegue o afastamento de conselheira tutelar de Ecoporanga. O MPES, por meio da Promotoria de Justiça de Ecoporanga, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) em face de uma conselheira tutelar do município por condutas incompatíveis ao exercício da função, como prática de ato de improbidade administrativa e abuso de autoridade. A Justiça acolheu os pedidos da ação e determinou liminarmente o afastamento dela do cargo. [Veja a decisão.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

MPES instaura procedimentos para apurar ilícitos no trato com menina vítima de estupro em São Mateus. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPAC

MPAC executa projeto social visando combater abuso sexual infantil durante a pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPAP

MPAP avalia ferramentas de Justiça Restaurativas para utilização pela Promotoria da Infância de Macapá. As práticas de Justiça Restaurativa poderão ser utilizadas pela Promotoria de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude de Macapá, em atendimento aos jovens que cometem atos infracionais. [Clique aqui](#) para ler mais.



MPMA

MPMA e parceiros lançam aplicativo que auxiliará combate à mortalidade infantil. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPBA

MPBA recomenda a Xique-Xique elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. O MPBA recomendou também que seja elaborado um diagnóstico prévio com mapeamento dos programas e serviços de atendimentos existentes e dos atos infracionais cometidos, incluindo locais de ocorrência, medidas socioeducativas aplicadas e índices de descumprimento e cumprimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPSP

Estatuto da Criança e do Adolescente é tema de evento da ESMP. Para comemorar o aniversário de 30 anos do ECA, a Procuradoria-Geral de Justiça e a Escola Superior do Ministério Público realizam o *webinar* "**ECA 30 anos: história da construção e desafios de implementação**". [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotores de Justiça mediam live sobre 30 anos do ECA. [Clique aqui](#) para ler mais.

Com vídeo, MPSP estimula reflexão sobre paternidade responsável. No fim de semana em que se comemora o Dia dos Pais, o MPSP lança vídeo em que promove a reflexão sobre a paternidade responsável. [Clique aqui](#) para ler mais.

Webinar sobre casamento infantil. A Escola Superior do Ministério Público e a Promotoria da Infância e Juventude de Campinas realizou o *webinar* "**Casamento infantil: jogando luz sobre a realidade de nossas meninas**". O evento *online* foi transmitido ao vivo pelo *YouTube*. [Clique aqui](#) para assistir o vídeo.

MPSP e Escola Superior promoveu segundo evento sobre ECA - O webinar "ECA 30 anos: marco legal, primeira infância e família acolhedora" com transmissão ao vivo pelo YouTube. [Clique aqui](#) para assistir o vídeo.

Em ação da Promotoria da Infância, Justiça condena Rede Record por infração ao ECA. Em ação ajuizada pela promotora de Justiça Luciana Bergamo, a Rede Record de Rádio e Televisão foi condenada por ter infringido o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao colocar uma criança então com 8 anos em situação vexatória durante o programa "A Hora do Faro". [Clique aqui](#) para ler mais.

Capital terá 90 dias para abrir novos centros de acolhida para crianças e adolescentes. Atendendo a pedido feito em ação civil pública pela promotora Luciana Bergamo, da Infância e Juventude da Capital, a Justiça deu prazo de 90 dias para que o município de São Paulo coloque em funcionamento dois novos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saicas), um na região central e outro na região centro-oeste da cidade. [Clique aqui](#) para ler mais.

No MPSP+, promotora fala de direitos de crianças e adolescentes na pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.



MPDFT

MPDFT promove debate *online* sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O evento “30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: conjuntura histórica da construção e realidade das políticas públicas atuais” discutiu o assunto sob a perspectiva da sua construção e da realidade das políticas públicas atuais. O debate foi transmitido ao vivo pelo *YouTube*. [Clique aqui](#) para ler mais.

Reconhecimentos de paternidade continuam durante a pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

Família Acolhedora: ofereça um lar temporário para crianças afastadas dos pais. Tem afeto sobrando em sua casa? Você pode compartilhar amor, carinho e proteção com uma criança tornando-se voluntário do Família Acolhedora. O intuito é oferecer um lar temporário (entre seis e 18 meses) para crianças de zero a seis anos que precisaram ser afastadas dos cuidadores por medida judicial, por conta de violações de direitos. Esse serviço se chama acolhimento familiar e está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 101, Lei nº 8069/1990) como alternativa preferencial ao envio de crianças para abrigos e outras instituições. [Leia a cartilha](#) com todas as informações. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPCE

Vidas Preservadas promoveu *live* sobre o impacto da pandemia na saúde mental e na prevenção do suicídio. O encontro virtual discutiu sobre o tema central da edição deste ano do Vidas Preservadas. Foi transmitido pelo [Youtube do MPCE](#). O evento contou com palestra magna da psiquiatra Marluce de Oliveira, que também é mestra em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e graduada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFP). [Clique aqui](#) para assistir o vídeo. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPCE promoveu no dia 24.08, com transmissão através do *Youtube* do MPCE, *webinar* para discutir Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo. [Clique aqui](#) para assistir o vídeo.

MPCE recomenda que Conselho Tutelar de Aurora não seja utilizado para atividade político-partidária. [Acesse aqui a Recomendação na íntegra!](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

Após parecer do MPCE, Justiça dá sentença favorável à adoção de adolescente em Quixeramobim. O MPCE, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Quixeramobim, participou de uma audiência virtual, na manhã desta terça-feira (18/08), que determinou a adoção de um adolescente de 13 anos por um casal que estava no Cadastro Nacional de Adoção. Após parecer do MPCE, que se baseou no paradigma do superior interesse do adolescente, a juíza do caso optou pela sentença parcial de procedência, em virtude do processo de adoção da irmã do adotado – que também poderá ser adotada pelo mesmo casal – continuar em andamento. [Clique aqui](#) para ler mais.

ESMP publica Revista Acadêmica do semestre 2020.1. Cumprindo a missão de promover a difusão do conhecimento jurídico de forma democrática e plural, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP) publicou, nesta quarta-feira (26), a Revista Acadêmica do semestre 2020.1. Devido à pandemia, esta Edição será veiculada apenas em sua versão eletrônica. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPCE divulga Boletim de Notícias de julho sobre adoção e acolhimento. O MPCE, por meio da 77ª Promotoria de Justiça, de Tutela Coletiva da Infância e Juventude, divulga, nesta sexta-feira



(28), o novo Boletim de Notícias sobre adoção e acolhimento no município de Fortaleza, voltado para os pretendentes à adoção e demais interessados. [Acesse aqui o boletim.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

MPGO

Promotor contribui com atuação do MPF-GO, que conseguiu decisão favorável a tratamento de autistas. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) expediu, no último dia 30 de julho, um comunicado a todas as operadoras de planos de saúde que atuam no Estado de Goiás para que suspendam as limitações do número de consultas e terapias necessárias à reabilitação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A medida atende à decisão judicial obtida pelo Ministério Público Federal em Goiás, por meio da procuradora da República Mariane Guimarães de Mello Oliveira. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPMG

Justiça determina que município de Juiz de Fora disponibilize carro com motorista para cada um dos Conselhos Tutelares da cidade. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPI

MPPI obtém decisão judicial para que a Prefeitura de Teresina forneça transporte público a pessoas com autismo. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPI obtém decisão judicial para que Estado promova melhorias no Hospital Infantil. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPI expede recomendação a canais de TV para evitar uso indevido de imagens de crianças e adolescentes em reportagens. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPE

Casinhas, Vertente do Lério e Surubim: Conselheiros Tutelares não devem realizar propaganda eleitoral nas dependências do Conselho. O MPPE recomendou aos conselheiros tutelares de Casinhas, Vertente do Lério e Surubim que não realizem propaganda política nas dependências dos Conselhos e tampouco utilizem indevidamente as estruturas do Conselho Tutelar para a realização de atividades político-partidárias ([artigo 41, inciso III da Resolução nº 170 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente](#)). [Clique aqui](#) para ler mais.

Serrita e Cedro devem fornecer equipamentos de proteção individual aos membros do Conselho Tutelar. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPE se reúne com órgãos da rede socioassistencial para manter funcionamento de serviços essenciais durante a pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPE recomenda aos secretários de Saúde de Igarassu e Araçoiaba adotarem protocolo de atendimento para gestantes e puérperas durante a pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPE recomenda ao COMDACO publicidade das ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.



MPPB

Covid em bebês: MPPE acata proposta do HU para reabertura da maternidade. [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotores participam de curso sobre monitoramento de recursos do FIA através do Sagres. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPB e TJPB vão promover *webinar* sobre implantação do serviço de acolhimento familiar de crianças e adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

GT de Prevenção ao suicídio discute prevenção do suicídio com recorte de gênero e idade. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPB e TJPB promovem *webinar* sobre implantação do serviço de acolhimento familiar de crianças e adolescentes. Os passos necessários e os desafios da implementação do serviço acolhimento familiar e a experiência desenvolvida no município de Uberlândia, em Minas Gerais, foram apresentados nesta terça-feira (11/08), pelo juiz titular da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia, José Roberto Poiani. Para assistir o evento, acesse o **link: <https://urless.in/VgKIY>** (ID da reunião: 933 8433 1863, senha: 975682). [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotoria recomenda cumprimento de jornada de trabalho dos conselheiros tutelares de Massaranduba. O MPPB expediu recomendação sobre o cumprimento da jornada de trabalho pelos conselheiros tutelares de Massaranduba e sobre a excepcionalidade do exercício de atividades cumulativas fora do horário ordinário de trabalho e da escala de plantão. [Clique aqui](#) para ler mais.

Município do Conde deve regulamentar fundo da infância e adolescência. O MPPB recomendou à prefeita do Conde, Márcia Lucena, e ao presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que adotem providências, no prazo de 30 dias, para regulamentar e garantir a operacionalização do Fundo Especial para a Infância e Adolescência (FIA) do município. [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotoria de Justiça de Ingá recomenda que município abstenha-se de exonerar e transferir servidores de instituição de acolhimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPB publica manual para orientar gestores e sociedade sobre o Fundo da Infância e Adolescência. O MPPB está disponibilizando um [manual online](#) para instrumentalizar e apoiar a participação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de todo o Estado e a sociedade, de modo geral, sobre o Fundo Especial da Infância e Adolescência (FIA) e seu funcionamento. A publicação foi elaborada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Criança, Adolescente e Educação (CAO CAE), que já solicitou o apoio dos promotores de Justiça para que divulguem esse material junto aos prefeitos, secretários municipais de Ação Social e conselheiros de direitos. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPB realiza nesta terça-feira evento *online* sobre internações involuntárias de adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPA

Procedimento visa fomentar criação de local para tratar dependência de drogas entre crianças



e adolescentes. A 1ª Promotoria de Justiça de Capanema instaurou procedimento administrativo com objetivo de fomentar e fiscalizar a implementação de políticas públicas municipais e estaduais, que assegurem a criação, Implantação e funcionamento de uma Comunidade Terapêutica Acolhedora Pública, para atendimento de crianças de adolescentes usuários ou dependentes de drogas, uma vez que a cidade não possui esse tipo de estabelecimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

Município cumpre Termo de Ajuste proposto pelo MPPA e implanta CAPS I. A implantação é em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado com a prefeitura em 2019, em Inquérito Civil instaurado pela promotoria. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPA recomenda ajustes na capacitação para jovens em medida socioeducativa. O MPPA [recomendou à Fundação de Atendimento Socioeducativo Estado do Pará \(Fasepa\) que regularize a oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adolescentes](#) que cometeram atos infracionais e estão em conflito com a lei. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPA firma acordo para ampliação de serviços a portadores do espectro autista. [Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\)](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

MPPR

Live aborda direito da infância e controle social. [Clique aqui](#) para ler mais.

São Jorge D'Oeste lança serviço criado por MPPR, Judiciário, Prefeitura e CRAS para acolher crianças e adolescentes afastados das famílias. Foi lançado o Serviço de Acolhimento Familiar de São Jorge D'Oeste, no Sudoeste do estado, com o início do cadastramento das famílias interessadas em participar, acolhendo crianças e adolescentes afastados de suas famílias por medida de proteção determinada pela autoridade judiciária, prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRS

Aplicativo facilitador da adoção tardia completa dois anos com a colocação de 38 crianças e adolescentes em família. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRJ

MPRJ, MPT e Defensoria obtêm decisão obrigando o Estado e o Município do Rio a implantarem plano para proteger crianças e adolescentes cujos pais precisaram voltar ao trabalho presencial. Veja aqui a [decisão judicial](#). Veja aqui o [requerimento assinado pelo MPRJ, MPT e DPERJ](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRJ transmitiu no dia 14/08, em sua página oficial no Youtube, palestra sobre o tema [“Aspectos Complexos do Processo Civil Coletivo”](#), do ministro do STJ Antônio Herman Benjamin inaugurando novo módulo de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Tutela Coletiva do IERBB. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRO

MPRO institui grupo de trabalho para implantação da Lei que disciplina sistema de garantia dos Direitos das Crianças e Adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.



MPRN

Após ação do MPRN, Justiça determina a colocação de recém-nascido em família do cadastro de adoção. A pedido do MPRN, o TJRN manteve decisão anterior determinando colocação de recém-nascido em família cadastrada no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). A sentença declara nula a certidão de nascimento dessa criança e destitui o poder familiar da mãe biológica. A atuação do MPRN tem visado garantir o direito da criança em adoções seguras e em consonância com os trâmites legais. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRN consegue determinação judicial para retirar criança de três meses vítima de maus-tratos. O MPRN, por meio da Promotoria de Justiça de Caraúbas, obteve uma decisão judicial após o ajuizamento de ação de suspensão do Poder Familiar visando tutelar os interesses de uma criança de três meses de vida. O bebê sofria maus-tratos e era negligenciado pelos pais. O Juízo da Vara Única da comarca determinou a busca e apreensão da criança e concedeu a guarda provisória dela a uma pessoa da família extensa. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPRN move ação para assegurar “teste do olhinho” a recém-nascidos. A intenção é que a Justiça determine à Secretaria de Saúde local que forneça aos cidadãos a realização do exame do reflexo vermelho, conhecido como “teste do olhinho”. Leia a ACP na íntegra, [clitando aqui](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Após atuação do MPF, ANS determina tratamento mais digno e eficaz aos pacientes com autismo. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) expediu o Comunicado nº 84 para todas as operadoras de planos de saúde que atuam no estado de Goiás. De acordo com o documento, estão suspensas as limitações do número de consultas e sessões de psicoterapia, de fonoaudiologia, de terapia ocupacional e de fisioterapia necessárias para reabilitação do retardo do desenvolvimento psicomotor de pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com isso, o tratamento desses pacientes deve observar a prescrição médica, caso a caso. [Clique aqui](#) para ler mais.

Ministério da Saúde vai emitir nota para prever uso da imunoglobulina no tratamento de síndrome associada à covid-19. O Ministério da Saúde se comprometeu a emitir nota informativa para prever o uso da imunoglobulina humana no tratamento da síndrome inflamatória multissistêmica pediátrica (SIM-P) associada à covid-19. Esse foi o resultado de reunião realizada nesta quinta-feira (13), entre representantes do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério da Saúde, a partir de interlocução promovida pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia de Covid-19 (Giac). Rara, a síndrome acomete crianças e adolescentes infectados pelo coronavírus e pode levar à morte. Os sintomas são febre alta e persistente, lesões na pele e na boca, dores abdominais, náuseas e diarreia. O tratamento é feito com imunoglobulina humana, um medicamento caro e de difícil aquisição. A reunião tratou da falta de um protocolo específico para atendimento, abastecimento e uso da imunoglobulina nessas situações. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPF quer saber por que o Hucam se negou a realizar procedimento de interrupção de gravidez em criança vítima de estupro no ES. O MPF quer saber por que o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), localizado em Vitória (ES), se negou a realizar o procedimento



de interrupção de gravidez no caso da criança de dez anos, vítima de estupro ocorrido em São Mateus (ES), mesmo após decisão judicial. Notícia de Fato nº 1.17.000.002233/2020-46. [Clique aqui](#) para ler mais.

MPF recomenda adequação de protocolo da ANS para o tratamento do autismo em Alagoas. O MPF expediu recomendação à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para que não limite as sessões de psicoterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia para reabilitação no retardo do desenvolvimento psicomotor de pacientes com transtorno do espectro autista, por inviabilizar o tratamento minimamente eficaz. [Íntegra da Recomendação 6/2020, expedida em 25 de agosto de 2020.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

3. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Barroso propõe repercussão geral sobre a obrigatoriedade de pais vacinarem filhos. O ministro do STF Luís Roberto Barroso reconheceu repercussão geral do seguinte tema: saber se os pais podem deixar de vacinar os seus filhos, tendo como fundamento convicções filosóficas, religiosas, morais e existenciais. [Clique aqui](#) para ler mais.

STF vai discutir se jornada de servidor com filho deficiente pode ser reduzida. O STF vai decidir se é possível a redução da jornada de trabalho do servidor público que tenha filho ou dependente com deficiência. A matéria será discutida no Recurso Extraordinário (RE) 1.237.867, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário virtual (Tema 1.097). RE 1.237.867. [Clique aqui](#) para ler mais.

Unidades de internação de adolescentes não podem ultrapassar capacidade projetada. Por unanimidade, a Segunda Turma do STF determinou que as unidades de execução de medida socioeducativa de internação de adolescentes em todo o país não ultrapassem a sua capacidade projetada. A decisão se deu no julgamento do Habeas Corpus coletivo (HC) 143988, na sessão virtual encerrada em 21/8. Processo relacionado: [HC 143988](#). [Clique aqui](#) para ler a decisão. [Clique aqui](#) para ler mais.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STJ admite ação de prestação de contas para fiscalizar dinheiro de pensão. A ação de prestação de contas pode ser usada para fiscalizar o uso dos valores de pensão alimentícia. Afinal, existe o legítimo exercício da autoridade parental, de modo que aquele que não possui a guarda do filho deve ter meios efetivos para garantir a proteção do menor, o que dá concretude ao princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.

Terceira Turma considera melhor interesse da criança e mantém decisão que deu guarda unilateral ao pai. A partir do início da vigência da [Lei 13.058/2014](#), a guarda compartilhada foi adotada pelo sistema jurídico brasileiro como o modelo prioritário. Entretanto, no momento de



decidir sobre o tipo de guarda, o juiz deve analisar as especificidades que envolvem a relação entre pais e filhos e, sobretudo, considerar o princípio constitucional do melhor interesse da criança – que pode levar, inclusive, ao estabelecimento da guarda unilateral. [Clique aqui](#) para ler mais.

Existência de proposta escrita dispensa presença física de devedor preso em audiência de conciliação sobre dívida alimentar. O devedor de alimentos preso e devidamente representado por curador especial não precisa comparecer à audiência de conciliação caso a proposta de acordo tenha sido entregue por escrito no presídio, seu atual domicílio. [Clique aqui](#) para ler mais.

Falta de pagamento de pensão alimentícia de caráter indenizatório não justifica prisão civil. O não pagamento de pensão alimentícia devida a ex-cônjuge, de natureza indenizatória ou compensatória, não justifica a prisão civil do devedor prevista no [parágrafo 3º](#) do artigo 528 do Código de Processo Civil. [Clique aqui](#) para ler mais.

Nova Pesquisa Pronta trata de ajuizamento de ação rescisória e medida socioeducativa. A página da **Pesquisa Pronta** divulgou quatro novos entendimentos do STJ. Organizada pela Secretaria de Jurisprudência do tribunal, a nova edição aborda temas como ajuizamento de ação rescisória e medidas socioeducativas para adolescentes envolvidos com tráfico de drogas. [Clique aqui](#) para ler mais.

Sentença que desconstitui filiação gera efeitos mesmo sem averbação no registro civil. O entendimento foi firmado pela Terceira Turma do STJ ao manter acórdão de segunda instância que reconheceu que a decisão que autoriza a expedição de mandado de averbação de sentença de procedência, exarada em ação negatória de maternidade e transitada em julgado em 1992, a fim de instruir pedido de habilitação nos autos de inventário, não ofende direito líquido e certo do impetrante. [Clique aqui](#) para ler mais.

STJ admite adoção por avós para desvincular criança de lastro criminal. Ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente proíba expressamente a adoção pelos avós, é possível admitir sua ocorrência em hipóteses excepcionais envolvendo crianças e adolescentes desde que verificado concretamente que é a medida que mais atende ao princípio do melhor interesse do menor, sobressaindo reais vantagens para o adotando. [Clique aqui](#) para ler mais.

Recalcitrância do devedor de alimentos não justifica ampliação da prisão durante pandemia, decide Terceira Turma. A orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de suspender, durante a pandemia da Covid-19, o cumprimento das prisões por dívida alimentar é aplicável também aos casos em que o alimentante, mesmo preso, insiste em não pagar a pensão – recalcitrância que, em situações normais, justificaria a ampliação do prazo da prisão civil. [Clique aqui](#) para ler mais.

4. NOTÍCIAS TJ/MT

TJMT lança Instrução Normativa com informações para interessados em adotar. O Poder Judiciário de Mato Grosso publicou a **Instrução Normativa nº 07/2020**, que estabelece orientações para a adoção e inclusão dos pretendentes que buscam ser pais adotivos no Sistema Nacional de



Adoção (SNA). O objetivo da normativa é dar ampla publicidade aos interessados, que podem realizar seu pré-cadastro [AQUI. Clique aqui](#) para ler mais.

Criança Feliz: meta é atender 15 mil mato-grossenses até final do ano. Impactar positivamente a vida de 15 mil crianças mato-grossenses de zero a seis anos de idade, ampliando o vínculo desses indivíduos com os familiares, através de orientação sobre os direitos delas na Primeira Infância. Esta é a meta do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ao buscar o fortalecimento da rede de apoio do programa do Governo Federal Criança Feliz no Estado. [Clique aqui](#) para ler mais.

Varas da infância atendem chamado do presidente do TJMT e abraçam programa 'Criança Feliz'. Encontros virtuais com todos os juizes das Varas da Infância e Juventude, cartilha com informações condensadas sobre o programa, divulgação nas redes sociais oficiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), troca de experiências entre os magistrados, premiação das comarcas que conseguirem melhores resultados e construção de diálogo entre juiz e o gestor do município, foram algumas das propostas retiradas da semana de reuniões on-line para debater o fortalecimento do programa "Criança Feliz" no Estado. [Clique aqui](#) para ler mais.

Juizados Especiais: magistrados de Mato Grosso debatem prevenção às drogas em live do Fonaje. Campanhas de prevenção às drogas ainda na Educação Infantil e ações de conscientização junto aos familiares e comunidade em que a criança vive são a aposta do desembargador Mário Kono para reduzir o número de dependentes químicos no Brasil. Estas serão algumas das propostas defendidas pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso durante *live* promovida pelo Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje). [Clique aqui](#) para ler mais.

Iniciativa do Judiciário em abraçar "Criança Feliz" é enaltecida pelo governo do Estado. A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) enalteceu a iniciativa do Poder Judiciário de convocar os magistrados das Varas da Infância e juventude para abraçarem o "Criança Feliz" e colaborarem para o fortalecer o programa em Mato Grosso. [Clique aqui](#) para ler mais.

Corregedoria lança manual para instrutores que preparam pretendentes à adoção. A Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), lança, na terça-feira (18 de agosto), o Manual para Formação de Instrutores do Curso Preparatório para Pretendentes à Adoção. A cartilha, com as diretrizes que norteiam a preparação, será apresentada, às 9h, por videoconferência, para magistrados das Varas da Infância e da Juventude de Mato Grosso. [Clique aqui](#) para ler mais.

Criança Feliz passa a contar com a adesão de Sapezal e Nova Canaã do Norte. As Comarcas de Sapezal e de Nova Canaã do Norte são as mais recentes cidades de Mato Grosso a aderirem ao Programa Criança Feliz, política pública governamental com foco no desenvolvimento integral da primeira infância. [Clique aqui](#) para ler mais.

Presidente do TJMT convida prefeitos a aderirem ao Programa Criança Feliz. [Clique aqui](#) para ler mais.

Magistrada e psicólogas capacitam profissionais que realizam curso para candidatos à adoção. [Clique aqui](#) para ler mais.



Poder Judiciário faz nova parceria para fortalecer Programa Criança Feliz. O Poder Judiciário de Mato Grosso conta com mais uma entidade parceira para atuar na mobilização e sensibilização dos municípios mato-grossenses para a adesão ao Programa Criança Feliz. [Clique aqui](#) para ler mais.

Prefeitos atendem ao chamado do presidente do TJMT e aderem ao Programa Criança Feliz. Prefeitos dos municípios mato-grossenses estão atendendo ao chamado do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, e aderindo ao Programa Criança Feliz. O programa recebeu a adesão de mais dois municípios: Alto Araguaia (distante 420 km de Cuiabá) e Nova Xavantina (distante 660 km). [Clique aqui](#) para ler mais.

5. NOTÍCIAS DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ/MS

Negada apelação a comerciante que forneceu bebida alcoólica a adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.

Cartilha aborda crimes sexuais contra mulheres e crianças. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PR

TJPR disponibiliza a 4ª edição do Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude. [Acesse a 4ª Edição do Informativo de Jurisprudência da Infância e da Juventude.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

Comitê Interinstitucional Protetivo lança Nota Técnica nº 2. Na segunda-feira (10/8), o Comitê Interinstitucional Protetivo do Paraná lançou a **Nota Técnica nº 2**, que traz recomendações para o atendimento às crianças e aos adolescentes inseridos em serviços de acolhimento institucional ou familiar durante a pandemia. [Nota Técnica nº 1](#) (junho de 2020). [Nota Técnica nº 2](#) (agosto de 2020). [Clique aqui](#) para ler mais.

Funcionalidades do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Em agosto, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 15/2020, o TJPR regulamentou a utilização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) no Estado. O documento, dirigido aos pretendentes à adoção, dá publicidade às funcionalidades do SNA e traz orientações sobre procedimentos e prazos a serem observados para habilitação, atualização cadastral, manifestação de interesse e início do vínculo entre crianças e adolescentes e pretendentes já habilitados. [Instrução Normativa Conjunta nº 15/2020.](#) [Resolução CNJ nº 289/2019.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/BA

CNJ altera Resolução para fortalecer atuação do Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atualizou a [Resolução nº 77/2009](#), que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). O novo texto, aprovado por meio da [Resolução nº 326/2020](#), apresenta novos procedimentos para inspeções e para coleta e sistematização de dados. Também inclui a previsão de



criação e implantação de um novo sistema de tramitação de processos de conhecimento e de execução de medidas socioeducativas. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/MA

Corregedoria inicia planejamento de combate ao sub-registro de nascimento. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AM

Conselho da Magistratura mantém liminar que suspende posse de conselheira tutelar em Borba. [Clique aqui](#) para ler mais.

Mantida sentença que obriga Município de Envira a providenciar acolhimento institucional de crianças e adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/DFT

VIIJ/DF orienta como realizar denúncias de violência sexual, respeitando o sigilo de crianças e adolescentes. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/MG

Magistrados explicam responsabilização do jovem infrator. “Adolescentes infratores não são bandidos. São cidadãos que precisam de medidas que contribuam para sua reinserção na sociedade”. [Clique aqui](#) para ler mais.

Filha receberá indenização por sofrer abandono do pai. Afeto não é coisa, mas sentimento, e é preciso que um pai saiba que não basta pagar pensão alimentícia para dar como quitado o seu dever, que vai além disso. O descumprimento desse dever causa dano, devendo ser reparado por meio de indenização. Essa foi a conclusão do juiz da 1ª Vara Cível de Barbacena, Lelio Erlon Alves Tolentino, ao reconhecer o abandono afetivo de uma filha e condenar o pai a pagar R\$ 50 mil de indenização por danos morais. [Clique aqui](#) para ler mais.

Plano de saúde deve fornecer bomba de insulina a criança diabética. A menor, por meio de seus pais, pleiteou tutela de urgência em face de empresa de assistência médica afirmando que, há cerca de um ano, foi diagnosticada com diabetes tipo 1, forma mais grave da doença, motivo pelo qual necessita diariamente de várias doses de insulina, chegando a sofrer 20 perfurações de agulha em um dia. Processo: [0023218-37.2020.8.13.0481](#). Leia a [decisão](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

Famílias formadas durante a pandemia. Em tempos de isolamento social, a Justiça mineira não tem medido esforços para garantir que crianças e adolescentes sejam acolhidos por quem deseja adotar. A edição do Justiça em Questão que vai ao ar neste sábado (22/8) traz uma reportagem sobre como o Judiciário tem se adaptado para manter os processos de adoção durante a pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.



TJ/SP

Município não pode transferir recursos do Fundo de Direitos da Criança para Tesouro. [Clique aqui](#) para ler mais.

Juiz autoriza mulher a interromper gravidez de feto com malformação. É uma clara afronta a direitos básicos da mulher obrigá-la a levar até o fim uma gestação sabidamente frustrada. Com esse entendimento, o juiz Luis Gustavo Esteves Ferreira, da 1ª Vara do Júri Central da Capital, autorizou uma mulher a interromper a gravidez. O caso foi considerado urgente, com expedição de alvará para realização do procedimento mediante intervenção médica. [Clique aqui](#) para ler mais.

A infância não pode esperar. Diz a Constituição Federal, em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, dignidade, convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Esse olhar à infância deve ser constante e tem como obrigação transpor barreiras de qualquer natureza que surjam pelo caminho, como a atual crise pandêmica, que se alastrou por todo o mundo de maneira rápida e inesperada. [Clique aqui](#) para ler mais.

Justiça acolhe pedido de dupla maternidade. A 2ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de São Carlos acolheu pedido de dupla maternidade a um casal homoafetivo. As autoras, casadas legalmente, realizaram “inseminação caseira” com material genético doado por pessoa anônima. O juízo determinou que conste do assento de nascimento da criança os nomes das requerentes como mães e que o documento seja adequado para que constem os nomes dos avós sem distinção de ascendência materna ou paterna. [Clique aqui](#) para ler mais.

Pandemia não pode ser invocada genericamente para suspender visitas entre pais e filhos, decide Justiça. O juiz Fernando Henrique Pinto, da 2ª Vara de Família e Sucessões de Jacareí, negou pedido de suspensão de visitas entre pai e filho em razão da pandemia de Covid-19. Para o magistrado, crianças e adolescentes merecem proteção integral da justiça, o que inclui o direito a convivência familiar. [Clique aqui](#) para ler mais.

Covid-19: TJ-SP suspende medidas socioeducativas de prestação de serviços. O TJSP editou nesta segunda-feira (17/8) um provimento que disciplina a suspensão, em razão da epidemia do coronavírus, do cumprimento das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e de semiliberdade. [Clique aqui](#) para ler mais.

Portal esclarece dúvidas sobre adoção. O [Portal Adotar](#), do TJSP, reúne informações sobre o tema e busca estimular a reflexão de que a adoção, muito mais do que uma relação de afeto e solidariedade, é uma demonstração de amor incondicional. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/RJ

Justiça do Rio autoriza interrupção de gestação de feto sem chance de vida. A interrupção da gravidez de feto que não tem possibilidade de vida é conduta atípica, e não crime de aborto, pois não há ofensa ao bem jurídico vida. Com base na decisão do Supremo Tribunal Federal que permitiu cessar a gestação de anencéfalos, a 4ª Vara Criminal do Rio de Janeiro autorizou uma



grávida a abortar um feto com a síndrome de *body stalk*. Clique [aqui](#) para ler a decisão. [Clique aqui](#) para ler mais.

Justiça estende convívio do pai com o filho que mudou de cidade durante a pandemia. A 3ª Vara de Família da Regional do Meier do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ concedeu a extensão de convívio para um pai com seu filho, que mudou de cidade com a mãe durante a pandemia do Coronavírus. O genitor poderá ficar um fim de semana com a criança a cada 15 dias, além de ter o contato por chamadas de vídeo duas vezes na semana. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/GO

Lição de amor no reconhecimento de paternidade socioafetiva. “O senhor aceita Rodrigo como seu filho e o Rodrigo aceita você, seu Francisco, como pai?” A pergunta foi feita durante uma audiência de conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca de Cidade Ocidental, na qual houve um reconhecimento de paternidade socioafetiva.

[Clique aqui](#) para ler mais.

“A pandemia vai passar, mas o amor de pai é para sempre”, acentua o corregedor-geral em mensagem para os pais na quarentena. Em tempos paradoxos experimentados pelo isolamento social devido ao novo coronavírus o termo ressignificar representa este atípico Dia dos Pais. Contudo, esse cuidado já é um ato de amor e reforça que não há distância física quando estamos próximos afetivamente de quem amamos. Ser pai não é só gerar um ser humano, mas ser o pilar de uma vida! [Clique aqui](#) para ler mais.

Juiz determina custeio de tratamento domiciliar a criança com paralisia cerebral. [Clique aqui](#) para ler mais.

Casal terá guarda compartilhada de criança após adoção informal. Considerando o melhor interesse da criança, o Juizado da Infância e da Juventude da comarca de Goiânia deferiu pedido de tutela provisória e concedeu a guarda compartilhada de uma criança de seis anos aos pais afetivos. O órgão apontou “adoção à brasileira”, que consiste na entrega de crianças pelos pais biológicos para que outras pessoas possam criá-las, sem seguir exigências legais. [Confira a entrevista na íntegra.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AC

Adotados com 18 anos de idade podem obter diretamente em cartório documento com origem biológica. Seguindo recomendação nacional, a Corregedoria-Geral da Justiça do Acre (Coger) informa que será possível expedir certidão de inteiro teor do adotado com origem biológica, quando o interessado for o próprio registrado e maior de 18 anos de idade. [Clique aqui](#) para ler mais.

Justiça garante acesso à cirurgia de hérnia para criança de três anos de idade. A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre mantém a tutela de urgência para que criança seja submetida à cirurgia no abdômen. A decisão foi publicada na edição nº 6.648 do Diário da Justiça Eletrônico (pág. 5). [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/ES

Juiz do ES autoriza aborto em criança de dez anos vítima de estupro. O juiz da Vara da Infância



e da Juventude de São Mateus (ES), Antonio Moreira Fernandes, autorizou aborto em uma criança de dez anos, que engravidou após ser vítima de estupro. [Clique aqui](#) para ler mais.

Nota sobre informações prestadas ao CNJ no caso da criança que engravidou vítima de estupro. O Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Ronaldo Gonçalves de Sousa, esclarece que as informações solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 0006605-88.2020.2.00.0000, instaurado para colher esclarecimentos sobre o caso da criança de 10 (dez) anos que engravidou após ser vítima de estupro, foram prestadas dentro do prazo estabelecido. [Clique aqui](#) para ler mais.

Dados pessoais de criança que engravidou após estupro devem ser retiradas do ar. O juiz Samuel Miranda Gonçalves Soares, designado para o plantão da Comarca de São Mateus, no Espírito Santo, ordenou que o Google, o Facebook e o Twitter retirem do ar, em até 24 horas, informações pessoais sobre a menina capixaba de dez anos que engravidou após estupro. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PA

CEIJ lança boletim semestral. A Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), que tem à frente o desembargador José Maria Teixeira do Rosário, publicou em sua página o Boletim Informativo referente ao primeiro semestre de 2020. Para acessá-lo, clique [AQUI](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AP

Cooperação entre Comarca de Oiapoque e Juizado da Infância para colheita direta de provas torna mais célere tramitação de processos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Corregedor do TJAP e juízes cíveis e de família debatem mandado de prisão civil do devedor alimentar em videoconferência. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/AL

Juíza idealiza projeto para preservar vínculos familiares em processos de guarda e visitação. Em um processo de litígio de guarda ou visitação de crianças e adolescentes nem sempre se preservam os vínculos familiares, necessário para o desenvolvimento saudável dos menores. Com o intuito de permitir o restabelecimento dessas relações numa nova fase do relacionamento, vem sendo elaborado o Projeto Guarda-me, idealizado pela juíza Carolina Valões, da 2ª Vara de Rio Largo. [Clique aqui](#) para ler mais.

PPCAAM solicita apoio do Judiciário sobre proteção de crianças e jovens infratores. Representantes do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) participaram de uma reunião virtual com o corregedor-geral da Justiça de Alagoas, desembargador Fernando Tourinho, para solicitar um (ou dois) magistrado do interior, que possa ser juiz neutro na viabilização do cumprimento das medidas socioeducativas de crianças e adolescentes incluídos no programa.. [Clique aqui](#) para ler mais.



PCJE On-line: psicóloga orienta sobre como evitar violência sexual contra crianças e adolescentes. Violência sexual contra crianças e adolescentes foi o tema discutido na estreia do projeto PCJE On-line. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/CE

Em homenagem ao Dia dos pais, podcast do TJCE destaca a importância do reconhecimento voluntário da paternidade. [Clique aqui](#) para ler mais.

Operadora de saúde é multada por descumprir decisão e deve restabelecer atendimentos de pacientes com autismo. Veja a [decisão](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

Aprovada resolução do TJCE que normatiza a execução de medidas socioeducativas em Fortaleza. O Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) aprovou a Resolução nº 06/202, que estabelece regras para os procedimentos relacionados às Varas da Infância e Juventude com competência para apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa na comarca de Fortaleza. O objetivo é priorizar a garantia dos direitos da criança e do adolescente, além de dar celeridade aos procedimentos de apuração de ato infracional e padronizar o atendimento relacionado ao tema. Para visualizar o documento na íntegra acesse [aqui](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PE

Selecionado no Innovare, projeto do TJPE une Justiça Restaurativa e Educação em audiências voltadas para adolescentes. O projeto Audiências restaurativas de prevenção aos atos infracionais nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, de autoria do juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Paulo Brandão, foi selecionado para concorrer ao Prêmio Innovare – 2020. [Clique aqui](#) para ler mais.

Pais falam sobre o exercício da paternidade durante a pandemia. A paternidade hoje pode ser dupla, socioafetiva, por adoção ou opção exclusiva e conquistada por meio do Judiciário. Com algumas decisões relevantes relacionadas ao exercício da paternidade, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) tem referendado o direito de ser pai, filho, avô, embasado sobretudo nos vínculos afetivos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Paternidade socioafetiva valoriza as relações decorrentes do amor e do convívio. Pai é aquele que está presente no dia a dia, oferecendo amor, cuidado e vivendo na prática todas as emoções, desafios e incertezas que envolvem a criação de um filho. Diante disso, o reconhecimento da paternidade socioafetiva se constitui como uma importante ferramenta para tornar legal uma situação já estabelecida na prática. [Clique aqui](#) para ler mais.

Programa de combate a automutilação e autolesão em adolescentes é indicado ao Prêmio Innovare 2020. Com o tema Enfrentamento Multidisciplinar do Comportamento Autodestrutivo em Crianças e Adolescentes, o programa da Vara Regional da Infância e Juventude (VRIJ) de Petrolina, no sertão do estado, é uma das cinco iniciativas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) que concorrem ao Innovare 2020. O principal objetivo do projeto é acompanhar jovens, e seus familiares, que venham a praticar atos como a automutilação e a autolesão, evitando até mesmo o suicídio. [Clique aqui](#) para ler mais.



Innovare - Conheça a iniciativa #PartiuFuturo que prioriza a socioeducação de jovens em setores no TJPE. "Ótima" é a palavra que, para o adolescente *Gabriel, define a experiência de cumprimento da medida de prestação de serviço à comunidade (PCS), através do projeto #PartiuFuturo, em setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O rapaz representa o perfil dos socioeducandos atendidos pelo projeto, que se situa na faixa etária dos 15 a 17 anos, e possui moradia em localidades de grande vulnerabilidade social no Recife. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/PB

Terceira Câmara Cível mantém decisão que condenou Município de Bayeux a fornecer cadeira de rodas. O Município de Bayeux deve custear a aquisição de cadeira de rodas para uma menor de 11 anos, portadora de encefalopatia crônica da infância. O caso foi julgado pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, que manteve a decisão proferida pelo Juízo do 1º Grau, determinando o custeio do equipamento. Confira, [aqui](#), o acórdão. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/RN

Plano de Saúde terá que custear terapias complementares para paciente com autismo. [Clique aqui](#) para ler mais.

Rádio web: entrevista aborda projeto de suporte emocional a pais em conflito, o Entrepais. Nesta semana, o programa "Em Mesa", da rádio web Justiça Potiguar, traz uma entrevista com a psicóloga Kátia Bezerra, integrante da equipe multidisciplinar do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc) de Natal. Ela fala sobre o projeto EntrePais, que iniciará em setembro sua sexta edição, agora de maneira virtual. A iniciativa busca oferecer suporte emocional a pais que tenham conflitos relacionados à separação conjugal e convivência com os filhos. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/RS

App Adoção completa 2 anos. "Eu quero ser feliz". Ao resumir com uma frase singela o seu desejo de vida, Kauã, de 11 anos, expunha o drama de milhares de crianças e adolescentes que sonham em ter uma família e, ao mesmo, colocava um desafio à nova ferramenta que, na ocasião havia sido lançada pelo Poder Judiciário do RS, o Aplicativo Adoção. O menino e a irmã, Kauany, de 12 anos, integraram as primeiras turmas de jovens gaúchos aptos a adoção, cujos vídeos e fotos foram adicionados à ferramenta que hoje (10/8), completa 2 anos de funcionamento. [Clique aqui](#) para ler mais.

Multiparentalidade: criança terá registro de pais biológico e socioafetivo. O magistrado concedeu o reconhecimento do genitor no documento civil de registros, sem contudo, excluir a paternidade do pai registral que já possuía vínculo afetivo. Também determinou a inclusão do nome do pai biológico e também dos avós paternos. O processo tramita em segredo de justiça na Comarca de São Valentim. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJ/SC

Naninhas do bem marcam a chegada de uma nova vida para crianças adotadas em Lages. Há



dois anos, todas as crianças e adolescentes que passam por um processo de adoção na comarca de Lages recebem uma naninha do bem - espécie de boneca de pano bordada - para marcar a conquista de um novo lar. O objeto, geralmente associado a colo e aconchego, é entregue como uma demonstração de carinho e desejo de uma vida diferente e feliz. Um gesto simples, mas que marca o recomeço para muitas delas. [Clique aqui](#) para ler mais.

6. JURISPRUDÊNCIA

STF

Limitação da internação de adolescentes. Unidades socioeducativas. Criação de um Observatório judicial para acompanhar os dados de lotação das unidades. Melhor interesse da criança e do adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.

Salário-maternidade. Inconstitucionalidade da incidência previdenciária. Repercussão geral. [Clique aqui](#) para ler mais.

STJ

Ordem cronológica em fila de adoção não tem caráter absoluto. Recém-nascida deve permanecer com família substituta. Melhor interesse da criança. Pandemia [Clique aqui](#) para ler mais.

TJMT

Reconhecimento de paternidade *post mortem*. Coexistência entre a paternidade biológica e socioafetiva. Repercussão geral. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJMS

Negativa de atendimento a gestante. Determinação de sequestro de valores de operadora de saúde. Pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJMG

Plano de saúde. Dever de fornecimento de bomba de insulina a criança diabética. Direito à saúde. [Clique aqui](#) para ler mais.

Apelação. Direito de Família. Ação de Exoneração de Pensão Alimentícia. Maioridade Atingida. Necessidade da Alimentanda não demonstrada. Sentença mantida. [Clique aqui](#) para ler mais.



TJES

Devedor de alimento. Revisão de alimentos. Execução de alimentos. Habeas Corpus. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJSP

Exclusão de sobrenome materno. Criança síria. Patronímico foi incluído sem o consentimento de seus pais. Cultura islâmica. [Clique aqui](#) para ler mais.

Revisional de alimentos. Condições financeiras da ex-esposa. Capacidade contributiva do alimentante e as necessidades das alimentadas. Manutenção do valor. [Clique aqui](#) para ler mais.

Violência obstetra. Parto fora do protocolo recomendado. Paralisia cerebral do recém-nascido. Indenização por danos materiais, morais e estéticos. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJPA

Revisional de alimentos. Impossibilidade de majoração. Ambos genitores devem concorrer para os sustento material dos filhos menores. Princípio da paternidade responsável. [Clique aqui](#) para ler mais.

Execução de alimentos. Prisão civil em razão de débito alimentar. Revogado o deferimento do efeito suspensivo. [Clique aqui](#) para ler mais.

Modificação de guarda compartilhada. Intensa Litigiosidade entre os genitores. Melhor interesse do menor. Guarda unilateral materna assegurado o direito de visitação paterno. Possibilidade. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJSC

Direito de convivência paterna. Regulamentação de visitas. Melhor interesse da criança do adolescente. Pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJRS

Atropelamento que causou morte. Danos morais a filho do passageiro. Direito do nascituro. Tratamento Psicológico. Pensão mensal. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJRR

Alienação parental. Guarda e direito de convivência paterna. Direito a convívio virtual diário. Pandemia. [Clique aqui](#) para ler mais.



TJRJ

Proibição de reabertura de escolas privadas no Rio de Janeiro. Risco à vida e à saúde da população. Multa em caso descumprimento. Covid-19. [Clique aqui](#) para ler mais.

Autorização de interrupção de gestação. Impossibilidade de vida extrauterina. Síndrome de body stalk. Entendimento do STF. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJDFT

Maioridade acadêmica. Estudante menor de idade. Aprovação em curso superior. Autorização para cursar supletivo para conclusão do ensino médio. [Clique aqui](#) para ler mais.

Pensão por morte solicitada por irmão incapaz. Ausência de pensão alimentícia anterior. Relação de dependência. Possibilidade de cumulação de pensões. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJGO

Apelação Cível. Ação de Reconhecimento de Paternidade Socioafetiva *Post Mortem*. Vínculo Socioafetivo Configurado. [Clique aqui](#) para ler mais.

7. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

CNJ altera Resolução para fortalecer atuação do Judiciário. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atualizou a [Resolução nº 77/2009](#), que dispõe sobre a inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e sobre o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL). O novo texto, aprovado por meio da [Resolução nº 326/2020](#), apresenta novos procedimentos para inspeções e para coleta e sistematização de dados. Também inclui a previsão de criação e implantação de um novo sistema de tramitação de processos de conhecimento e de execução de medidas socioeducativas. [Clique aqui](#) para ler mais.

Resolução permite videoconferência em processos que envolvem adolescentes. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em sessão virtual extraordinária, uma resolução que autoriza a utilização de videoconferência em processos de apuração de atos infracionais e de execução de medidas socioeducativas praticados por adolescentes em conflito com a Lei. A ferramenta pode ser utilizada quando não for possível a realização presencial dos atos, durante o período em que durar a pandemia de Covid-19. [processo nº 0006101-82.2020.2.00.0000](#). [Clique aqui](#) para ler mais.

Covid-19: Comitê Interinstitucional Protetivo do Paraná lança Nota Técnica nº 2. Na segunda-feira (10/8), o Comitê Interinstitucional Protetivo do Paraná lançou a Nota Técnica nº 2, que traz recomendações para o atendimento às crianças e aos adolescentes inseridos em serviços de acolhimento institucional ou familiar durante a pandemia. [Nota Técnica nº 1](#) (junho de 2020) e [Nota Técnica nº 2](#) (agosto de 2020). [Clique aqui](#) para ler mais.



Diagnóstico vai identificar situação das crianças na primeira infância. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou reunião preparatória com mais de 30 instituições para apoiar a realização do Diagnóstico Nacional da Situação de Atenção às Crianças na Primeira Infância. [Clique aqui](#) para ler mais.

8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

Comissão do CNMP publica informações atualizadas sobre tramitação de proposições de interesse do Ministério Público. Trazer informações atualizadas e qualificadas sobre a tramitação dos principais projetos de lei e emendas constitucionais que interessam ao Ministério Público brasileiro e ao Conselho Nacional do Ministério Público. Esse é o objetivo da [segunda edição de 2020 da Agenda Legislativa](#), publicada pela Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência do CNMP (CALJ). [Clique aqui](#) para ler mais.

“30 anos de uma legislação inovadora”, diz Augusto Aras sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. [Clique aqui](#) para ler mais.

Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP disponibiliza conteúdo do Curso de Gestão de Projetos para membros. A Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (CPE/CNMP), em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), disponibilizou nesta terça-feira, 11 de agosto, na página da Comissão no portal do Conselho na internet, [o conteúdo inicial para o Curso de Gestão de Projetos, direcionado aos membros do Ministério Público.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

Comissão da Infância, Juventude e Educação acompanha caso de abuso sexual em Várzea da Palma/MG. A Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE), presidida pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., instaurou Procedimento Interno de Comissão (PIC) para acompanhar as medidas judiciais e extrajudiciais referentes aos reiterados crimes de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes na cidade de Várzea da Palma, Minas Gerais. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNMP prorroga recomendação para que MPs adotem medidas preventivas com relação às oitivas de adolescentes. O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) referendou nesta terça-feira, 25 de agosto, a [Recomendação nº 75/2020](#) para que os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios continuem adotando medidas preventivas à propagação do coronavírus com relação às oitivas de adolescentes, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A decisão foi tomada por unanimidade, durante a 12ª Sessão Ordinária de 2020, após pedido de vista em mesa pelo conselheiro Sebastião Caixeta. [Clique aqui](#) para ler mais.

Plenário referenda recomendação para que MPs monitorem unidades socioeducativas e serviços de acolhimento durante a pandemia. O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) referendou nesta terça-feira, 25 de agosto, por unanimidade, a Recomendação nº 76 de 2020. O texto recomenda aos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a adoção de providências para a realização do monitoramento das unidades



socioeducativas e serviços de acolhimento, durante o período de restrições sanitárias decorrentes da pandemia provocada pelo novo coronavírus. [Acesse a íntegra da Recomendação nº 76, de 19 de agosto de 2020. Clique aqui](#) para ler mais.

9. NOTÍCIAS DIVERSAS

40 importantes decisões do STF e STJ sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – parte 02.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Brasil lança campanha de amamentação durante Semana Mundial do Aleitamento Materno.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Guarda compartilhada e execução de alimentos estão entre temas de destaque nos artigos do portal do IBDFAM.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Dia Nacional da Juventude: projetos buscam emprego, educação e saúde.

[Clique aqui](#) para ler mais.

A perícia em casos de alienação parental e falsas acusações de abuso sexual.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Resposta ao HIV ainda está falhando em relação às crianças.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Prefeitura de Cuiabá-MT entrega espaço inédito que trabalha com crianças vítimas de violência de forma lúdica.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Brasil registra 6 abortos por dia em meninas entre 10 e 14 anos estupradas.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Gravidez de menina de 10 anos acende debate sobre aborto e necessidade de combate à violência sexual contra crianças.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Para especialista, STF deve proceder redução de jornada para servidor com filho que tenha deficiência.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Estatuto da Juventude ganha versão digital em formato de revista.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Plano voltado a crianças e adolescentes tem 56% das ações concluídas.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Senado aprova PEC do Fundeb, que será promulgada nesta quarta.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Governo Federal cria programa para cuidado da saúde mental.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Lei da Alienação Parental completa dez anos em meio a debates sobre revogação.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Abandono digital: responsáveis devem estar atentos à exposição de crianças e adolescentes na internet.

[Clique aqui](#) para ler mais.

Adoção no Brasil cai pela metade em meio à pandemia.

[Clique aqui](#) para ler mais.



10. ARTIGOS

Como ficam a guarda compartilhada e o regime de convivência na Covid-19? Escrito por Eloi Pethechust, advogado. [Clique aqui](#) para ler mais.

Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes na lgpd: primeiras impressões, escrito por Paula Ferla Lopes, mestre em direito pela FMP. Especialista em direito de Família e Sucessões pela PUCR. [Clique aqui](#) para ler mais.

Breves Anotações sobre a Resolução 03/20 do CONAD, escrito por Carlos Rubens de F. Oliveira Filho, Promotor de Justiça e especialista em Direito Público e Felipe A. Martins, psicólogo, membro da ABRAMD, mestrando pela Faculdade de Saúde Pública da USP, Conselheiro Executivo do Conselho Municipal de Álcool e Outras Drogas da cidade de São Paulo/SP. [Clique aqui](#) para ler mais.

Crítica ao pensamento sistêmico aplicado à guarda dos filhos, escrito por Marina Vanelli, especialista em Direito Público pela Univali. [Clique aqui](#) para ler mais.

A Suspensão do Regime de Convivência Familiar por Risco de Contágio do Coronavírus, escrito por Bárbara Fontoura Souza, Advogada de Família. [Clique aqui](#) para ler mais.

Ordens de prisão de devedores de alimentos devem ser suspensas na Covid, escrito por José Tito de Aguiar Junior e Monize Barboza Salvione de Aguiar, ambos advogados. [Clique aqui](#) para ler mais.

Os netos têm direito a herança deixada pelos avós? Escrito por Riane Rodrigues, advogada. [Clique aqui](#) para ler mais.

Guarda compartilhada, a regra legal do duplo domicílio dos filhos, escrito por Fernando Salzer e Silva, Procurador do Estado de Minas Gerais. [Clique aqui](#) para ler mais.

Pai, aquele que se a(pai)xona e o seu estatuto jurídico, escrito por Jones Figueirêdo Alves, desembargador decano do TJPE. [Clique aqui](#) para ler mais.

O problema do superendividamento familiar e a mora da dí(vida), escrito por Jones Figueirêdo Alves, desembargador decano do TJPE. [Clique aqui](#) para ler mais.

Os 30 anos do ECA e o Habeas Corpus coletivo nº 143.988/ES, escrito por Adriana Peres Marques, defensora pública do ES; Camila Dória Ferreira, defensora pública do ES; Hugo Fernandes Matias, defensor público do ES e Kenarik Boujikian, desembargadora do TJSP. [Clique aqui](#) para ler mais.

Humanidades negociáveis? Um olhar para a infância e adolescência, escrito por Juliana Souza, advogada. [Clique aqui](#) para ler mais.

Juventude lidera o caminho para as soluções frente à COVID-19, escrito por Natália Kanem, diretora- executiva do Fundo de População das Nações Unidas. [Clique aqui](#) para ler mais.

O adolescente infrator é sujeito de direito após 30 anos de vigência do ECA? Escrito por Márcio da Silva Alexandre, juiz de direito no TJDFT. [Clique aqui](#) para ler mais.

O processo de adoção e suas implicações legais, escrito por Núbia Marques Pereira, graduada em direito. [Clique aqui](#) para ler mais.



O direito de convivência do filho de “pais separados” durante a pandemia, escrito por Marcela Patrícia Amarante Borba, especialista em Direito Constitucional Aplicado. [Clique aqui](#) para ler mais.

Análise do 'dano' na responsabilidade civil por abandono afetivo, escrito por Tula Wesendonck é doutora em Direito ; Paulo Roque Khouri é doutorando em Direito Constitucional; Nelson Rosenvald é procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.; Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho é professor titular e ex-coordenador do programa de pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da UERJ e Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. [Clique aqui](#) para ler mais.

O futuro não pode repetir o passado na votação de hoje da PEC do Fundeb, escrito por Élide Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas de SP. [Clique aqui](#) para ler mais.

Guarda compartilhada: a priorização do melhor desenvolvimento dos filhos, escrito por Isabela Cristina de Melo Santos, advogada. [Clique aqui](#) para ler mais.

“Depoimento Especial” De Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência Sexual, escrito por Maria Isabel de Matos Rocha, desembargadora do TJMS. [Clique aqui](#) para ler mais.

Conflitos familiares na pandemia: breve análise sobre alienação parental, consequências e sanções previstas em lei, escrito por Roberta Alves Bello e Marcia Laino, ambas advogadas. [Clique aqui](#) para ler mais.

A utilização da “lei da alienação parental” para casos em que não ocorra alienação parental, escrito por Cristian Fetter Mold, Advogado. [Clique aqui](#) para ler mais.

As duas eficácias das transações e dos acordos familiares, escrito por Jones Figueirêdo Alves, desembargador decano do TJPE. [Clique aqui](#) para ler mais.

Dever alimentar, paternidade responsável e retroatividade à concepção, escrito por Fernando Augusto Chacha de Rezende, juiz de direito no TJGO e Igor Gouveia de Andrade, assessor de juiz. [Clique aqui](#) para ler mais.

Supremo Tribunal Federal, políticas públicas e responsabilidade, escrito por Rodrigo de Oliveira Kaufmann, professor de Direito Constitucional e de Filosofia do Direito. [Clique aqui](#) para ler mais.

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Nilton César Padovan – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Bianca Aparecida Wuerzius Rios – Auxiliar Ministerial